



CONTRATO Nº 023/2023

Chamamento Público nº 006/2022

Processo Administrativo nº 4.719/2022

CONTRATANTE: Secretaria Municipal da Saúde

CONTRATADA: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SERRINHA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA**, Através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** com sede Praça Luiz Nogueira, nº 311 - Centro – Serrinha – Bahia, inscrita no CNPJ sob nº. 10.984.916/0001-87, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Adriano Silva Lima, inscrita no CPF sob o nº 912.972.575-53, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, doravante denominado **CONTRATANTE**, do outro a empresa **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SERRINHA**, inscrita no CNPJ nº 16.096.554/0001-74, com sede na Rua Graciliano de Freitas, nº 340, Serrinha, BA, CEP: 48.700-000, representado pelo senhor **RAIMUNDO MOREIRA REIS JUNIOR**, inscrito no CPF nº 434.530.665-53, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe a Lei Orgânica do Município, Lei nº. 8.080/90, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais legislações pertinentes, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente instrumento, que se regerá pelas normas gerais das demais legislações aplicáveis mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente tem por objeto a Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços na área hospitalar com capacidade operacional para realizar procedimentos nas especialidades de cirurgia geral, obstetria clínica e cirúrgica, urgência e emergência, para o exercício das funções previstas no Termo de Referência do Edital do Chamamento Público nº 006/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1. A **CONTRATADA** declara que aceita prestar os serviços objeto deste Contrato, nos termos do presente instrumento, sujeito a eventuais alterações que venham a ser introduzidas, que se presumirão conhecidas pela **CONTRATADA** quando publicadas no Diário Oficial do Município ou comunicadas mediante correspondência expedida sob registro postal ou protocolo.
- 2.2. Os serviços deverão ser prestados, necessariamente, na unidade hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde de Serrinha/BA, de acordo com Anexo I do Termo de Referência.
- 2.3. Os sócios, dirigentes e empregados das pessoas jurídicas não terão quaisquer vínculos com o município de Serrinha, estatutário ou não, direto ou indireto, tampouco poderão ocupar cargo ou função de chefia ou assessoramento, em qualquer nível.
- 2.4. A **CONTRATADA** declara ter disponibilidade para prestar os atendimentos, conforme as normas fixadas pela **CONTRATANTE**, e segundo as normas do Ministério da Saúde, inclusive obedecendo às disposições éticas e técnicas dos respectivos Conselhos Regionais de Medicina.
- 2.5. São de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais e trabalhistas resultantes da execução do contrato.

- 2.6. A CONTRATADA e seus profissionais são responsáveis pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes da execução do contrato.
- 2.7. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, devendo ser os serviços executados exclusivamente pelo titular ou sócio(s) da CONTRATADA e/ou seus empregados (CLT).
- 2.8. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, mediante aceite expresso das partes.
- 2.9. O inadimplemento do contrato implicará em sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e no respectivo contrato, assegurado o direito à ampla defesa.
- 2.10. A CONTRATADA deverá manter durante todo o vínculo contratual as mesmas condições de habilitação constantes no instrumento editalício.
- 2.11. A CONTRATADA declara conhecer e aceitar os critérios estabelecidos pela CONTRATANTE, insertos no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

- 3.1. A CONTRATADA deverá ofertar serviços médicos no âmbito da unidade hospitalar mediante a realização de sessões de hemodiálise aguda no município do Serrinha, na forma à saber:
- 3.2. A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE até o 15º dia do mês que antecede a execução dos serviços, lista atualizada dos atendimentos realizados.
- 3.3. Os trabalhos serão realizados 24 horas, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados;
- 3.4. A execução dos serviços atenderá os critérios objetivos e impessoais, oportunizando a CONTRATADA e demais pessoas jurídicas de direito privado credenciadas pela CONTRATANTE igualdade de condições.
- 3.5. A CONTRATADA deverá ter cuidado com a pontualidade na prestação dos serviços aos usuários para evitar desgastes dos mesmos, sob pena de descontos no pagamento e aplicação de sanção.
- 3.6. A prestação de serviços pelos médicos da CONTRATADA deverá respeitar a legislação vigente no âmbito municipal, estadual e federal, as determinações dos Regimentos e/ou similares, cumprimento dos protocolos estabelecidos pelo município para todos os tipos de agravos e/ou condições de saúde e dos fluxos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Serrinha.
- 3.7. Para fins de comprovação da realização do serviço, utilizar-se-á os registros em prontuários e registro de frequência, confirmando o atendimento realizado pelo profissional executante.
- 3.8. A CONTRATADA deverá prestar atendimento aos usuários do serviço de saúde pautando-se nas diretrizes da Política Nacional de Humanização, extinguindo qualquer tipo de discriminação ou cobrança pelos serviços diretamente prestados ao usuário, bem como não deverá realizar a indicação/encaminhamentos para serviços privados, através de ofertas ou similares, que obriguem o desembolso financeiro do usuário.
- 3.9. A CONTRATADA responderá exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto do contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria Municipal de Saúde.
- 3.10. A CONTRATADA deverá cumprir com todas as obrigações contratuais e com as condições de habilitação, durante a execução do contrato.
- 3.11. A CONTRATADA deverá contribuir para manutenção dos registros atualizados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.

- 3.12. A CONTRATADA deverá prestar o serviço contratado a partir do momento da assinatura do contrato.
- 3.13. Não poderá haver qualquer obstáculo ou impedimento às vistorias e avaliações técnicas dos serviços prestados pela CONTRATADA que serão realizadas pelas áreas técnicas da Secretaria Municipal de Saúde, ora CONTRATANTE.
- 3.14. A CONTRATADA ficará sujeita à auditoria da Secretaria Municipal de Saúde durante a vigência do contrato.
- 3.15. A CONTRATADA deverá comunicar à Secretaria Municipal de Saúde toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- 3.16. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar a Secretaria Municipal de Saúde ou terceiros, tendo como agente ao prestador contratado, na pessoa de prepostos ou estranhos.
- 3.17. A CONTRATADA deverá apresentar sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Implementar o processo de credenciamento, coordenando e supervisionando todas as etapas, e, quando necessário, prestando esclarecimentos.
- 4.2. Aferir a evolução contínua de qualidade dos serviços prestados, com base no índice de satisfação do usuário, medido através de instrumentos de pesquisa junto aos usuários, considerando parâmetros estatísticos e probabilísticos.
- 4.3. Gerenciar, orientar e monitorar o credenciamento e a rede de prestadores de serviços.
- 4.4. Assegurar que os princípios da igualdade, legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência sejam basilares das ações, normas e protocolos dos serviços.
- 4.5. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e cláusulas do CONTRATO, aplicando as penalidades previstas quando for o caso.
- 4.6. Efetuar o pagamento dos serviços prestados na forma e condições ajustadas, com os descontos e recolhimentos previstos em Lei;
- 4.7. Estabelecer padrões técnicos de qualidade a serem adotados pela rede prestadora, avaliando o seu cumprimento.
- 4.8. Proceder à verificação de possíveis denúncias de irregularidades referentes à prestação de serviços, as quais devem ser devidamente formalizadas.
- 4.9. Prestar informações e esclarecimentos acerca dos procedimentos relativos ao credenciamento.
- 4.10. Assegurar o cumprimento das metas gerais e específicas, tanto quantitativas quanto qualitativas, descritas no regulamento e no Plano Operativo Anual (POA).
- 4.11. Fiscalizar o serviço credenciado por intermédio de técnicos de seu quadro e executar mediante comunicado prévio, as fiscalizações que serão feitas no local da realização do tratamento;
- 4.12. Proceder à avaliação de desempenho das Unidades credenciadas na prestação dos serviços de saúde, classificando-as conforme escore definido no Plano Operativo Anual (POA).
- 4.13. Encaminhar os pacientes através da Central Municipal de Regulação, mediante disponibilização da agenda prévia.
- 4.14. Estabelecer metas e indicadores de qualidade para todas as atividades de saúde decorrentes do Contrato ou Convenio;
- 4.15. Autorizar os laudos para emissão de Autorização de Internação Hospitalar (AIH), conforme cronograma

- de procedimentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de saúde;
- 4.16. Processar no Sistema de Informação Hospitalar Decentralizada (SIHD2) a produção concernente às internações e no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) a produção relativa aos procedimentos ambulatoriais, ou em outro sistema de informação que venha a ser implementado no âmbito do SUS em substituição ou complementar a estes;
 - 4.17. Analisar as justificativas de recusa de internação ou realização de procedimentos por partes das unidades prestadora de serviço;
 - 4.18. Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos hospitalares, com o respectivo desconto na produção apresentada;
 - 4.19. Realizar de forma permanente ações e atividades de acompanhamento, apoio e avaliação da assistência prestada;
 - 4.20. Realizar a qualquer tempo, auditorias pelo Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias, utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes.
 - 4.21. Faturas e demais documentos referentes aos serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1. Observar os seguintes princípios na prestação dos serviços, objeto desta Instrução:
- 5.2. Garantia da integridade física dos pacientes durante o procedimento, protegendo-os de situações de risco;
- 5.3. Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- 5.4. Atendimento de qualidade;
- 5.5. Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- 5.6. Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- 5.7. Garantia do cumprimento das metas de qualidade gerais e específicas desde a admissão até o acompanhamento a alta do paciente;
- 5.8. Garantia da confidencialidade dos dados e informações dos pacientes, observando as questões de sigilo profissional;
- 5.9. Executar os serviços de acordo com as especificações exigidas, utilizando equipamentos e materiais apropriados, cumprindo, dentro dos prazos estabelecidos todas as obrigações assumidas, obedecendo rigorosamente às normas técnicas;
- 5.10. Disponibilizar todo o material de consumo necessário à realização dos serviços;
- 5.11. Comunicar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;
- 5.12. Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados;
- 5.13. Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal relativas à prestação dos seus serviços;
- 5.14. Observar e respeitar a Legislação Ambiental;
- 5.15. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;
- 5.16. Honrar os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e outras obrigações previstas em lei, ficando registrado que o pessoal empregado pela credenciada não terá nenhum vínculo jurídico com o município;
- 5.17. Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo material causado ao município e/ou a terceiros, inclusive

por seus empregados;

- 5.18. Encarregar-se exclusivamente pelo pagamento de todos os impostos, taxas e emolumentos sobre eles incidentes, prêmios de seguro de responsabilidade civil, indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços e fornecimentos contratados, além de quaisquer outras despesas incidentes, devendo apresentar, sempre que solicitado, a comprovação dos recolhimentos respectivos;
- 5.19. Acatar apenas as solicitações de serviços emitidas por servidores formalmente autorizados pelo município;
- 5.20. Apresentar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para efeito de pagamento, as autorizações sem qualquer rasura e que estejam preenchidas com informações mínimas, a saber: descrição do serviço, quantidade, data e nome do responsável pela autorização com o respectivo setor de trabalho;
- 5.21. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento;
- 5.22. Utilizar os recursos tecnológicos e equipamentos adequados, de maneira adequada;
- 5.23. Observar a vedação de cobrança de valor diretamente aos usuários ou responsáveis destes, seja qualquer sobretaxa em relação à tabela de remuneração adotada para a prestação dos serviços e insumos de saúde;
- 5.24. Obedecer aos protocolos clínicos recomendados de regulação adotados pela Central Municipal de Regulação;
- 5.25. Dispor de equipe médica completa, inclusive anestesista, e equipe de enfermagem para realização de procedimentos cirúrgicos eletivos em pacientes adultos e pediátricos oriundos do SUS;
- 5.26. Responsabilizar-se pela indenização de danos causados ao paciente, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticado por seus empregados, ficando assegurado o direito de regresso;
- 5.27. Atender de forma humanizada os pacientes internados e orientar seus familiares durante todo o período de internamento;
- 5.28. Atender apenas os pacientes oriundos da Central Municipal de Regulação;
- 5.29. Apresentar, quando solicitado, a comprovação de regularidade fiscal;
- 5.30. Apresentar Autorização de Internamento Hospitalar (AIH), à Coordenação de Processamento (SESAU/SERRINHA/PROCESSAMENTO), até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, com as informações referentes às atividades assistenciais realizadas, na forma de AIH em meio magnético, em conformidade com os parâmetros do Ministério da Saúde;
- 5.31. Cumprir o estabelecido na Resolução RDC nº 50/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que dispõe sobre o regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, ou outros dispositivos legais que venham substituí-la ou complementá-la;
- 5.32. Garantir de 100% da realização dos procedimentos cirúrgicos que forem credenciados;
- 5.33. Disponibilizar agenda com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência para Central municipal de Regulação;
- 5.34. Dispor de Centro Cirúrgico organizado com dependências para sala cirúrgica e sala de indução/recuperação pós-anestésica, com qualidade de leitos, instrumental, equipamentos e material de acordo com o número de compartimentos e com a complexidade dos procedimentos cirúrgicos nele realizados;
- 5.35. Cumprir o estabelecido na Resolução RDC nº 307/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

- (ANVISA), que dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos de análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, altera o Regulamento Técnico aprovado pela RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, ou outros dispositivos legais que venham substituí-la ou complementá-la;
- 5.36. Cumprir o estabelecido na Resolução RDC nº 051/2011 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos de análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, altera o Regulamento Técnico aprovado pela RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, ou outros dispositivos legais que venham substituí-la ou complementá-la;
- 5.37. Observar o disposto na Resolução CFM nº 1.634, de 11 de abril de 2002, que dispõe sobre convênio de reconhecimento de especialidades médicas firmado entre o Conselho Federal de Medicina CFM, a Associação Médica Brasileira – AMB e a Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM;
- 5.38. Observar o disposto na Resolução CFM nº 1.666, de 07 de Maio de 2003, que dispõe sobre a nova redação do Anexo II da Resolução CFM nº 1.634/2002, que celebra o convênio de reconhecimento de especialidades médicas firmado entre o Conselho Federal de Medicina CFM, a Associação Médica Brasileira – AMB e a Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM;
- 5.39. Observar o disposto na Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.
- 5.40. Cumprir o estabelecido na legislação sanitária vigente, considerando a Resolução RDC nº 306, de 07 de Dezembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
- 5.41. Observar o disposto na Resolução ANVISA nº 2.605, de 11 de agosto de 2006, que estabelece a lista de produtos médicos enquadrados como de uso único proibidos de ser reprocessados.
- 5.42. Cumprir o estabelecido na Portaria GM/MS nº 2.616, de 12 de Maio de 1998, que institui diretrizes e normas para a prevenção e o controle das infecções hospitalares;
- 5.43. Cumprir, no que couber, o disposto na Resolução CFM nº 1.886, de 13 de novembro de 2008, que dispõe sobre as condições Normas Mínimas para o Funcionamento de consultórios médicos e dos complexos cirúrgicos para procedimentos com internação de curta permanência”;
- 5.44. Cumprir o estabelecido na Resolução CFM nº 1.802, de 04 de outubro de 2006, que dispõe sobre a prática do ato anestésico;
- 5.45. Observar o disposto na Resolução COFEN nº 214, de 10 de novembro de 1998, que dispõe sobre a Instrumentação Cirúrgica;
- 5.46. Cumprir o estabelecido no Regulamento constante do Edital de Credenciamento nº 006/2022;
- 5.47. Garantir as condições técnicas e operacionais para a manutenção das licenças e alvarás nas repartições competentes, necessárias à execução dos serviços objeto do presente Contrato, bem como atualização do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde – SCNES;
- 5.48. Encaminhar a produção concernente às internações no SIH e os procedimentos ambulatoriais no SIA ou em outros sistemas que venha a ser implementado no âmbito do SUS em substituição ou complementar a estes conforme cronograma da Secretaria Municipal de Saúde;
- 5.49. Apresentar as renovações dos contratos vigentes de terceirização de serviço, quando existentes;
- 5.50. Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e os arquivos médico, pelo prazo mínimo de 20 anos, ressalvo os prazos previsto em lei;
- 5.51. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, sem

- autorização da Comissão de Ética em pesquisa, devidamente registrada;
- 5.52. Garantir regulamente roupas de cama e banho limpas para todos os pacientes;
- 5.53. Justificar por escrito a Secretaria Municipal de Saúde, ao paciente ou seu representante as razões técnicas alegadas quando a decisão da não realização de internação hospitalar, ou realização de procedimentos;
- 5.54. Estabelecer os protocolos assistenciais, normas e rotinas institucionalizadas para todos os serviços prestados;
- 5.55. Proceder à atualização de dados junto ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN) em articulação com o Serviço da Vigilância
- 5.56. Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Serrinha informando os eventos ou agravos ocorridos de acordo com a programação de envio de dados do Ministério da Saúde;
- 5.57. Buscar desenvolver metodologia de garantia de qualidade e segurança na assistência a saúde visando à redução de eventos indesejados nos usuários do SUS;
- 5.58. Constituir legalmente ou mantê-las ativas as Comissões Hospitalares,
- 5.59. Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), Comissão de Análise de
- 5.60. Óbitos, Comissão de Revisão de Prontuários, Comissão de Ética Médica (se pertinente), Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA / se pertinente);
- 5.61. Não efetuar qualquer tipo de cobrança aos usuários no que tange aos serviços cobertos pelo SUS;
- 5.62. Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados na
- 5.63. Unidade de Saúde, disponibilizando a qualquer momento à CONTRATANTE e auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários do SUS, que deverão estar em conformidade com as Resoluções dos Conselhos de Classe pertinentes, assim como todos os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados; a evolução contínua de qualidade dos serviços prestados, com base no índice de satisfação do usuário, medido através de instrumentos de pesquisa junto aos usuários, considerando parâmetros estatísticos e probabilísticos.
- 5.64. Gerenciar, orientar e monitorar o credenciamento e a rede de prestadores de serviços.
- 5.65. Assegurar que os princípios da igualdade, legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência sejam basilares das ações, normas e protocolos dos serviços.
- 5.66. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e cláusulas do CONTRATO, aplicando as penalidades previstas quando for o caso.
- 5.67. Efetuar o pagamento dos serviços prestados na forma e condições ajustadas, com os descontos e recolhimentos previstos em Lei;
- 5.68. Estabelecer padrões técnicos de qualidade a serem adotados pela rede prestadora, avaliando o seu cumprimento.
- 5.69. Proceder à verificação de possíveis denúncias de irregularidades referentes à prestação de serviços, as quais devem ser devidamente formalizadas.
- 5.70. Prestar informações e esclarecimentos acerca dos procedimentos relativos ao credenciamento, quando necessário.
- 5.71. Fiscalizar o serviço credenciado por intermédio de técnicos de seu quadro e executar mediante comunicado prévio, as fiscalizações que serão feitas no local da realização do tratamento;
- 5.72. Encaminhar os pacientes através da Central Municipal de Regulação, mediante disponibilização da agenda prévia.
- 5.73. Autorizar os laudos da APAC (autorização de procedimento de alta complexidade), conforme

- cronograma de procedimentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de saúde;
- 5.74. Processar no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) a produção relativa aos procedimentos ambulatoriais, ou em outro sistema de informação que venha a ser implementado no âmbito do SUS em substituição ou complementar a estes;
- 5.75. Analisar as justificativas de recusa de realização de procedimentos por partes das unidades prestadora de serviço;
- 5.76. Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos ambulatoriais, com o respectivo desconto na produção apresentada;
- 5.77. Realizar de forma permanente ações e atividades de acompanhamento, apoio e avaliação da assistência prestada;
- 5.78. Realizar a qualquer tempo, auditorias pelo Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias, utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes do Sistema Nacional de Auditoria –SNA/SUS.
- 5.79. Providenciar a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município dentro do prazo previsto no parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO/RECURSOS FINANCEIROS

- 6.1. A Secretaria Municipal de Saúde pagará mensalmente à Pessoa Jurídica, pelos serviços efetivamente prestados, de acordo com as tabelas de preços registrados definidos na tabela I a seguir:

Tabela I

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
20201012	DOSAGEM DE ACIDO URICO	R\$ 1,85
20201020	DOSAGEM EM BILIRRUBINA TOTAL	R\$ 2,01
20201027	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	R\$ 3,51
20201028	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	R\$ 3,51
20201029	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	R\$ 1,85
20201031	DOSAGEM DE CRETININA	R\$ 1,85
20201047	DOSAGEM DE GLICEMIA	R\$ 1,85
20201062	DOSAGEM PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES	R\$ 1,85
20201064	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO -O	R\$ 2,01
20201065	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-P	R\$ 2,01
20201067	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	R\$ 3,51
20201069	DOSAGEM DE UREIA	R\$ 1,85
20202002	CONTAGEM DE PLAQUETES	R\$ 2,73
20202007	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	R\$ 2,73
20202009	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SAGRAMENTO-DUKE	R\$ 2,73
20202014	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	R\$ 2,73
20202015	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOS	R\$ 2,73
20202036	ERITROGRAMA(ERITROCITOS, HEMOGLOBINA)	R\$ 2,73
20202037	HEMATOCRITO	R\$ 1,53
20202038	HEMOGRAMA COMPLETO	R\$ 4,11
20202039	LEUCOGRAMA	R\$ 2,73
20202044	PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	R\$ 2,73
20202049	PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	R\$ 2,73

20202050	PROVA DO LACO	R\$ 2,73
20203007	DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATOIDE	R\$ 2,83
20203020	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	R\$ 2,83
20203047	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTO	R\$ 2,83
20203111	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO	R\$ 2,83
20203117	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO SIFILIS EM GESTANTE	R\$ 2,83
20204012	PESQUISAS DE OVOS E CISTOS DE PARASI	R\$ 1,65
20205001	ANALISE DE CARACTERES FISICOS E ELEM	R\$ 3,70
20205011	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	R\$ 2,04
20212008	PESQUISA DE FATOR RH (INCUI FRAC)	R\$ 1,37

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
20401014	RADIOGRAFIA DE SEIOS DE FACE	R\$ 7,32
20403015	RADIOGRAFIA TORAX (PA PERFIL)	R\$ 9,50
20403017	RADIOGRAFIA DO TORAX (PA)	R\$ 6,88
20404001	RADIOGRAFIA DE ANTEBRAÇO	R\$ 6,42
20404005	RADIOGRAFIA DO BRACO	R\$ 7,77
20404006	RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	R\$ 7,40
20404007	RADIOGRAFIA DE COTOVELO	R\$ 5,90
20404008	RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MAO	R\$ 5,62
20404009	RADIOGRAFIA DE MÃO	R\$ 6,30
2040411	RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO	R\$ 7,98
20404012	RADIOGRAFIA DE PUNHO(PA+ LATERAL)	R\$ 6,91
20406008	RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TIBIO-TARSICA	R\$ 6,50
20406010	RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	R\$ 6,50
20406012	RADIOGRAFIA DE JOELHO(PA+LATAERAL)	R\$ 6,78
20406015	RADIOGRAFIA DE PE/DEDOS DO PE	R\$ 6,78
20406016	RADIOGRAFIA DE PERNA	R\$ 8,94

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
20502005	ULTRASSONOGRAMA DO APARELHO URINARIO	R\$ 24,20
20502014	ULTRASSONOGRAMA OBSTETRICA	R\$ 24,20
20502018	ULTRASSONOGRAMA TRANSVAGINAL	R\$ 24,20

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
301010072	CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	R\$ 10,00
301060029	ATENDIMENTO DE URGÊNCIA C/OBSERVAÇÃO	R\$ 12,47
301060061	ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	R\$ 11,00
301100012	ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS NA ATENÇÃO ESPECIELI	R\$ 0,63

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
401010058	EXCISÃO DE LESÃO E /OU SUTURA DE FERIMENTO DA PELE ANEXOS E	R\$ 23,16



401010074	EXERESE DE TUMOR NA PELE E ANEXOS/CISTO SEBACEO/LIPO	R\$ 12,46
401010104	INCISAO E DRENAGEM DE ABSCESSO	R\$ 11,84
401010112	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO SUBCUTANEO	R\$ 11,84

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
404010270	REMOÇÃO DE CERUME DE CONDUTO AUDITIVO	R\$ 5,63
404010318	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DE OUVIDO/FARINGE/LARI	R\$ 26,42
404010342	TAMPONAMENTO NASAL ANTERIOR E/OU POSTERIOR	R\$ 17,00
404020054	DRENAGEM DE ABSCESSO DA BOCA E ANEXOS	R\$ 14,07
404020097	EXCISAO E SUTURA DE LESAO NA BOCA	R\$ 28,00
404020100	EXCISAO EM CUNHA DE LABIO	R\$ 29,86

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
40602013	EXCISAO E SUTURA DE HEMANGIOMA	R\$ 29,86

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
40905005	LIBERAÇÃO PLASTIA DE PREPUCIO	R\$ 13,54
40907014	EXERESE DE CISTO VAGINAL	R\$ 22,62

PROCEDIMENTOS	NOME DO PROCEDIMENTOS	UNITÁRIO
411010018	DESCOLAMENTO MANUAL DE PLACENTA	R\$ 18,85
411010069	SUTURA DE EPISIORRAFIA POS-PARTO	R\$ 11,28
411010077	SUTURA DE LACERACOES DE TRAJETO PELVICO	R\$ 19,79
411020013	CURETAGEM POS-ABORTAMENTO/ PUERPER	R\$ 19,79

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTO	VALOR DA AIH
407030026	COLECISTECTOMIA	R\$ 695,77
407040064	HERNIOPLASTIA EPISGATRICA	R\$ 559,87
407040102	HERNIOPLASTIA INGUINAL	R\$ 445,51
407040129	HERNIOPLASTIA UMBILICAL	R\$ 434,99
409050083	POSTECTOMIA	R\$ 219,12
409060135	HISTERECTOMIA TOTAL	R\$ 634,03
409060216	OOFORECTOMIA	R\$ 509,86
409060232	SALPINGECTOMIA	R\$ 465,59
409070050	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	R\$ 472,43
409070157	EXERESE DE GLANDULA DE BARTHOLIN/SKINE	R\$ 224,68

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTO	VALOR DA AIH
303010037	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS BACTERIANAS	R\$ 865,91

303010061	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS INFECCIOSAS E INSTETINAIS	R\$ 324,90
303010126	TRATAMENTO DE INFEÇÕES DE TRANSMISSÃO PREDOMINANTEMENTE SEXUAL	R\$ 258,77
303030038	TRATAMENTO DE DIABETES MELLITUS	R\$ 360,80
303030046	TRATAMENTO DE DISTÚBIOS METABÓLICOS	R\$ 139,42
303060107	TRATAMENTO DE CRISE HIPERTENSIVA	R\$ 189,67
303070072	TRATAMENTO DE DOENÇAS DO FÍGADO	R\$ 416,39
303080078	TRATAMENTO DE ESTREPTOCOCCIAS	R\$ 292,62
303080094	TRATAMENTO DE OUTRAS AFECÇÕES DA PELE E TECIDO SUBCUTÂNEO	R\$ 182,57
303100044	TRATAMENTO DE INTERCORRENCIAS CLÍNICAS NA GRAVIDEZ	R\$ 109,24
303140046	TRATAMENTO DAS DOENÇAS CRÔNICAS DAS VIAS AERÉAS INFERIORES	R\$ 479,19
303140100	TRATAMENTO DE INFEÇÕES AGUDAS DAS VIAS AERÉAS SUPERIORES	R\$ 177,07
303140143	TRATAMENTO DE OUTRAS INFEÇÕES AGUDAS DAS VIAS AERÉAS SUPERIORES	R\$ 187,13
303150050	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS DO APARELHO URINÁRIO	R\$ 218,68
303160039	TRATAMENTO DE OUTROS TRANSTORNOS ORIGINADOS NO PERÍODO PERINATAL	R\$ 262,54

CÓDIGO DE PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTO	VALOR DA AIH
310010039	PARTO NORMAL	443,4
411010034	PARTO CESARIANO	545,73
411010013	CURETAGEM POS-ABORTAMENTO PUERPERAL	179,62
411020048	TRATAMENTO CIRÚRGICO GRAVIDEZ ECTÓPICA	459,18

N.º ORDEM	ESPECIALIDADE	VALOR
1	LABORATÓRIO - RAIOS-X - USG CONSULTAS E PEQUENAS CIRÚRGIAS	R\$ 8.089,83
2	PROCEDIMENTOS CLÍNICA CIRÚRGICA	R\$ 7.469,46
3	PROCEDIMENTOS CLÍNICA MÉDICA	R\$ 11.266,84
4	PROCEDIMENTOS OBSTÉTRICOS	R\$ 35.080,68

- 6.2. O valor estimado do contrato é de **R\$ 1.379.499,48 (Um milhão, trezentos e setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos).**
- 6.3. Carta de encaminhamento;
- 6.4. Nota fiscal, devendo conter no corpo da nota, período de medição dos serviços, dados do contrato e licitatórios. A nota fiscal deverá ser atestada pelo Fiscal do Contrato como também por membro da Comissão de Auditoria da Secretaria de Saúde do Município;
- 6.5. Relação de atendimentos prestados dentro do período faturado, em papel timbrado e assinado. A relação de atendimentos deverá ser atestada pelo Fiscal do Contrato como também por membro da Comissão de Auditoria da Secretaria de Saúde do Município;



6.6. Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista.

6.7. Os recursos serão distribuídos financeiros distribuídos em consonância com as tabelas de grupos e subgrupos das tabelas abaixo relacionadas:

6.8. Tabela I – Distribuição dos recursos financeiros referente ao credenciamento de nº 006/2022 para o Hospital Santa Casa de Misericórdia

Programação Orçamentária para Hospital	Mensal	Anual
a) Ambulatorial	R\$ 17.513,24	R\$ 210.158,88
b) Hospitalar	R\$ 71.291,92	R\$ 855.503,04
c) Pós- fixado FAEC	R\$ 0,00	R\$ 0,00
d) Pós- fixado Alta Complexidade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total de Média Complexidade	R\$ 88.805,16	R\$ 1.065.661,92
e) Incentivo adesão a contratualização (IAC)	R\$ 21.365,03	R\$ 256.380,36
f) Incentivo de integração ao SUS (INTEGRASUS)	R\$ 4.788,10	R\$ 57.457,20
ORÇAMENTO GLOBAL DO CONTRATO	R\$ 114.958,29	R\$ 1.379.499,48

6.9. Tabela II - Detalhamento dos recursos financeiros para o hospital santa casa de misericórdia por leito /internação

ESPECIALIDADE	AIH MES	AIH ANO
Clinica Cirúrgica	40	480
Obstetrícia Cirúrgica	37	444
Obstetrícia Clínica	45	540
TOTAL	122	1.464

6.10. Tabela III detalhamento dos recursos financeiros para o Hospital Santa Casa de Misericórdia por subgrupos de cirurgias e internações.

SUBGRUPOS	VALOR MÉDIO DE AIH	TETO FÍSICO ANUAL	ORÇAMENTO ANUAL
0310 - procedimento clínico / parto e nascimento	R\$ 584,36	540	R\$ 315.554,40
0401 – pequenas cirurgias, pele, tecido subcutâneo e mucosa		130	R\$ 75.966,80
0406 – cirurgia do aparelho circulatório		12	R\$ 7.012,32
0407 – cirurgia do aparelho digestivo, órgão anexos e parede abdominal		110	R\$ 64.279,60
0408 – cirurgia do sistema osteomuscular		12	R\$ 7.012,32
0409 – cirurgia do aparelho geniturinário		84	R\$ 49.086,24
0410 – cirurgia de mama		12	R\$ 7.012,32

0411 – cirurgia obstétrica	444	R\$ 259.455,84
0415 – outras cirurgias	120	R\$ 70.123,20
TOTAL	1.464	R\$ 855.503,04

6.12. O Pagamento será realizado, mensalmente, de acordo com os serviços prestados;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

7.1. As despesas ocorrerão à conta dos recursos previstos no orçamento da Secretaria Municipal da Saúde – SMS:

DOTAÇÃO:	Projeto/Atividade	Elemento de despesa	Fonte de recurso
	2035	33.90.39	15001002
	2039	33.90.39	16000000

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. A gestão do contrato será feita pela CONTRATANTE, através de fiscal técnico, Robson Azevedo Lopes Silva, designado pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo secretário de Saúde.
- 8.2. A CONTRATADA fica obrigado a fornecer ao gestor do contrato todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

- 9.1. As Pessoas Jurídicas credenciadas sujeitar-se-ão, quando couber, no caso de cometimento de infrações, inadimplemento de suas obrigações ou descumprir qualquer cláusula contidas no termo referência, às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações legais, quais sejam:
- 9.2. Advertência, quando ocorrer irregularidades de pequena monta, que não tenham causado dano material ou moral à contratante.
- 9.3. Multa de até 20% sobre o valor do serviço contratado, quando constatada irregularidade grave na sua execução, quando interrompido o serviço sem comunicação prévia e anuência da SMS.
- 9.4. Suspensão, nos termos da lei 8.666/93.
- 9.5. Declaração de inidoneidade, nos casos de comprovada conduta praticada pela Contratada/Conveniada e que venha a ser tipificada como crime, sem prejuízo da aplicação da multa, quando for a hipótese.
- 9.6. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DECIMA – ANTICORRUPÇÃO

- 10.1. O contratado/credenciado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de credenciamento, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas.
- 10.2. “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- 10.3. “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de



credenciamento ou de execução de contrato.

- 10.4. “Prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais credenciados, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão credenciador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- 10.5. “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação no processo de credenciamento ou afetar a execução do contrato;
- 10.6. “Prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, na hipótese de financiamento, parcial ou integral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula 10.1 deste contrato; atos cuja intenção seja impedir
- 10.7. Materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 10.8. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
- 10.9. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o contratado, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

- 11.1. O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência do credenciamento será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, contado da data de sua assinatura.
- 11.2. O contrato poderá ser alterado mediante a celebração de termo aditivo, ressalvado o seu objeto que não pode ser modificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

- 12.1. O contrato poderá ser rescindido pela SMS quando ocorrer o descumprimento de suas cláusulas ou condições, em especial:
- 12.2. Pelo fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pela SMS.
- 12.3. Pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, avaliação e auditoria pelos órgãos competentes da SMS ou do Ministério da Saúde.
- 12.4. Pela não observância dos procedimentos referentes ao sistema de informações em saúde.
- 12.5. Quando descumprir qualquer das obrigações contidas no Contrato.
- 12.6. Por negligência, imprudência, imperícia ou descumprimento das normas estabelecidas pela Secretaria Municipal da Saúde.
- 12.7. Pelo não atendimento dos princípios éticos definidos no Código de Ética Profissional, sem prejuízo das



causas previstas nos art. 78 e art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

- 12.8. Havendo rescisão de contrato, a SMS realocará o serviço prestado para outras Pessoas Jurídicas que tenham sido habilitadas no chamamento, durante a vigência do edital, para substituir ao rescindendo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

- 13.1. Fica definido que as questões omissas serão resolvidas pelo Gestor da Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

- 14.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município, de conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

- 15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Serrinha, Estado da Bahia, para dirimir questões sobre a execução do presente contrato e seus aditivos que não puderem ser resolvidas de comum acordo entre as partes.

E, por estarem assim, justo e acordados, os partícipes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, tudo na presença das testemunhas infra-assinadas.

Serrinha, 07 de março de 2023.

MUNICÍPIO DE SERRINHA - BAHIA

Adriano Silva Lima

Alexandre Pires Nobrega Tahim
Secretário Munc. de Saúde
Port. nº 07/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Alexandre Pires Nobrega Tahim

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SERRINHA

Raimundo Moreira Reis Junior

TESTEMUNHAS: _____

EXTRATO (CONTRATO Nº 023/2023)



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Serrinha
Rua Macário Ferreira, nº 517 – Centro
Serrinha – Ba. CEP: 48700-000
CNPJ: 13.845.086/0001-03 | Tel: (75) 321-8500
www.serrinha.ba.gov.br

EXTRATO

CONTRATO: 023/2023
CHAMAMENTO PÚBLICO: 006/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 4.719/2022

O Prefeito do município de Serrinha, BA, torna pública a contratação:

CONTRATANTE: Município de Serrinha - Bahia

CONTRATADA: Santa Casa de Misericórdia de Serrinha

CNPJ: 16.096.554/0001-74

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços na área hospitalar com capacidade operacional para realizar procedimentos nas especialidades de cirurgia geral, obstetrícia clínica e cirúrgica, urgência e emergência.

ASSINATURA: 07/03/2023

VIGÊNCIA: 07/03/2023 até 06/03/2023

VALOR: R\$ 1.379.499,48 (Um milhão, trezentos e setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade	Projeto/Atividade	Elemento da Despesa	Fonte
6200	2035	33.90.39	15001002
6200	2039	33.90.39	16000000